

Informe FUP

28.08.2013

CAMPANHA REIVINDICATÓRIA SISTEMA PETROBRÁS

FUP conclui rodada de defesa da pauta e cobra resposta da Petrobrás às reivindicações

Empresa diz que apresentará na sexta uma resposta de antecipação da inflação

Recomposição dos efetivos, redução da jornada do regime administrativo, aumento real e revisão do PCAC foram algumas das reivindicações destacadas pela FUP nesta quarta-feira, 28, fechando, assim, a primeira rodada de debates com a Petrobrás e subsidiárias para defesa e esclarecimento da pauta dos trabalhadores. A reunião contou com a participação do Sitramico-RJ, que representa os trabalhadores da BR Distribuidora, e de diversos sindicatos da FUP, entre eles o Sindiquímica-PR.

Foram abordados os capítulos da pauta dos trabalhadores referentes a Condições de Trabalho, Salários, Vantagens e PCAC. A FUP ressaltou que a Petrobrás tem plenas condições de atender os principais pleitos da categoria e criticou os programas de redução de custos e desinvestimentos. A assessoria do Dieese ressaltou que 85% dos acordos das categorias com data-base no primeiro semestre resultaram em ganhos reais para os trabalhadores.

Ao final da reunião, a FUP cobrou da Petrobrás uma resposta para as reivindicações apresentadas e um posicionamento em relação à antecipação da inflação, que foi reivindicada no início do mês, durante a entrega da pauta da categoria no dia 06 de agosto.

A Gerência de RH informou que encaminhará na sexta-feira, 30, uma resposta de antecipação da inflação e que se posicionará sobre os demais pontos da pauta dos trabalhadores até a terça-feira da próxima semana, data em que responderá a pauta dos trabalhadores. Em resposta à cobrança da FUP sobre o regramento das PLRs futuras, ficou agendada para o dia 11 de setembro uma reunião para tratar do assunto, já sobre a ótica do resultado da companhia no primeiro semestre de 2013.

Vantagens

A FUP cobrou uma definição da Petrobrás para o regramento da PLR, bem como o pagamento correto das Horas Extras de forma igual para todos os trabalhadores do Sistema. As representações sindicais criticaram duramente o acúmulo de funções e de horas extras, exigindo um basta aos bancos de horas. Foi ressaltado que o excesso de horas extras a que os trabalhadores vêm sendo submetidos está diretamente relacionado com os baixos efetivos, principalmente nas áreas operacionais. Uma das cláusulas da pauta dos trabalhadores cobra a limitação do trabalho extraordinário, tanto no regime administrativo, quanto nos turnos e demais regimes.

Outros pontos destacados pela FUP: restabelecimento do pagamento das horas extras de todos os feriados trabalhados no turno (dobradinha/extraturno), incorporação da RMNR e pagamento da periculosidade aos trabalhadores que têm direito, ampliação do Adicional de Polidutos, implantação de novos adicionais para os trabalhadores da Transpetro que atuam na Manutenção, Apoio Operacional e Segurança dos Terminais Terrestres e Faixa de Dutos.

Redução de custos e desinvestimentos

A FUP fez duras críticas aos programas de redução de custos (Procop), desinvestimentos (Prodesin) e aumento de eficiência (Proef), ressaltando os impactos causados aos trabalhadores. Em função destas reestruturações, vários direitos e conquistas da categoria estão sendo atacados e os acordos, desrespeitados. Para atender às novas unidades e às metas de produção, a Petrobrás tem remanejado trabalhadores, sem qualquer planejamento, reduzindo ainda mais os efetivos nas unidades operacionais e aumentando a terceirização, principalmente na manutenção. Com isso, os trabalhadores estão ainda mais expostos a acidentes, principalmente os terceirizados. Soma-se a isso o descumprimento de procedimentos de segurança.

Nos campos terrestres, a situação é ainda pior. Em função dos desinvestimentos, os postos de trabalho estão sendo drasticamente reduzidos e diversas empresas estão demitindo em toda a cadeia produtiva, causando o esvaziamento econômico de vários municípios do Nordeste e do Norte do Espírito Santo.

Condições de trabalho

A FUP reiterou a urgência da Petrobrás negociar forma propositiva a recomposição dos efetivos com as representações sindicais em todo o Sistema, tomando como base as necessidades de cada unidade. Os dirigentes sindicais criticaram o autoritarismo dos gestores nos estudos de efetivos da Repar, cujas negociações se arrastam há anos, sem disposição política da empresa em construir um acordo que atenda às reivindicações dos trabalhadores.

A primeirização da fiscalização de todos os contratos do Sistema Petrobrás foi outra questão enfatizada pela FUP. A categoria reivindica que os fiscais de contratos sejam todos trabalhadores próprios, Sênior e Pleno, com experiência nessa área.

Outro ponto da pauta destacado foi a redução da jornada de trabalho para 35 horas semanais no regime administrativo, sem redução de salários. Também foi denunciado o descumprimento de regimes e jornadas pactuados no Acordo Coletivo, além da implantação unilateral por parte dos gestores da empresa de regimes que não foram acordados com as representações sindicais.

A implantação do turno ininterrupto de revezamento na manutenção foi outra reivindicação destacada pela FUP, bem como o pagamento das horas extras em 100% e fim do sobreaviso para esses trabalhadores.

PCAC

Mais uma vez, a FUP reiterou a necessidade de revisão do PCAC, destacando a defasagem do plano, que foi pactuado em 2007 em negociação com as representações sindicais e depois sofreu mudanças feitas pela Petrobrás de forma unilateral, à revelia do que foi acordado com os trabalhadores. Entre as principais reivindicações, estão fim do teto para as carreiras Pleno, da mesma forma que foi praticado pela empresa para as carreiras Junior. Além disso, é cobrada a promoção automática para os trabalhadores topados, de Pleno para Senior. Outra reivindicação é ascensão automática de Junior para Pleno, e de Pleno para Senior, independentemente da anuência gerencial.

Salários

São destaques da pauta dos trabalhadores, a reposição da inflação do último ano pelo ICV-Dieese, cuja estimativa é de 6,6%, ganho real de 5%, produtividade com base na variação do PIB 2012, piso salarial e reajuste do auxílio alimentação baseados nos cálculos do Dieese. De acordo com estudos do Dieese, o custo da alimentação fora do domicílio teve uma variação em torno de 11%, desde setembro do ano passado, e é com base nesse índice que a pauta dos trabalhadores cobra a correção do auxílio alimentação. O piso salarial reivindicado também é baseado no salário mínimo do Dieese, cujo valor em julho era de R\$ 2.750,83. A reivindicação é de que este piso seja extensivo também aos trabalhadores terceirizados.

Direção Colegiada da FUP